

ATA N.º 1/2015:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14 DE JANEIRO DE 2015:

No dia catorze de janeiro de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** começa por saudar os presentes. Menciona que, embora já se esteja a meio de janeiro, é sempre oportuno transmitir aos presentes os sinceros votos de um ano de 2015 com muita saúde, determinação e muitos motivos para festejar e celebrar alegrias, em particular no território deste concelho.

Refira-se que todos os **Eleitos** nesta reunião apresentam votos de um bom ano de 2015 para os presentes e, também, para os munícipes deste concelho.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 1.ª alteração ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018

PONTO 2 – Gestão das despesas com pessoal em função do mapa de pessoal e do orçamento para o ano de 2015

PONTO 3 – Constituição de fundos de maneio – ano económico de 2015

PONTO 4 – Hasta pública – adjudicação de espaços de venda nos mercados municipais de Palmela e de Pinhal Novo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Exm.º Senhor Presidente e por quem

a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

• **ATA n.º 14/2014, da reunião ordinária de 2 de julho de 2014 – Aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Adilo Costa e Paulo Ribeiro, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.**

Informações / Assuntos diversos:

• **Pavilhões ginnodesportivos da Escola Secundária de Palmela e da Escola Básica 2,3 José Saramago - Poceirão** – Em relação ao assunto antes identificado, o **Sr. Presidente** aproveita para informar sobre os desenvolvimentos ocorridos na sequência de algumas posições políticas adotadas pela Câmara Municipal ao longo do ano de 2014. Assim:

. A Autarquia solicitou, por três vezes, audiência ao Sr. Ministro da Educação e Ciência, numa comunicação que até foi recorrente com o seu Chefe de Gabinete, tendo sido prometido vir reunir com a Câmara Municipal de Palmela;

. Posteriormente, este assunto foi encaminhado para a Direção-geral dos Estabelecimentos Escolares. Após a realização de uma reunião no referido organismo, conseguiu-se que o Sr. Diretor-geral, mandatado pela tutela, viesse a uma reunião a Palmela para, conjuntamente com o executivo municipal e a direção dos dois estabelecimentos de ensino se poder debater a forma de ultrapassar a carência dessa infraestrutura escolar;

. Relembra que o Município adotou uma postura reivindicativa, até porque está em causa um direito, pois as escolas em causa estão há muitos anos “amputadas” dessas valências. A Autarquia considera que esse facto não abona para a qualidade do ensino, nem para a formação integral das crianças e jovens do concelho;

. Desde sempre a Autarquia demonstrou vontade de fazer parte da solução e, não obstante de isso mesmo constar das Moções anteriormente aprovadas neste órgão, o Município tem-se disponibilizado para a contratualização de contratos-programa, com a condição de que esses equipamentos possam depois vir a ser geridos pelo Município e postos fora do período de ocupação escolar ao serviço da comunidade. O executivo da Câmara Municipal sempre defendeu essa tese junto da tutela e, talvez por essa postura colaborativa, a tutela decidiu que valia a pena continuar esse conjunto de diligências no terreno, não só para reconhecer a necessidade, mas também para enquadrar as soluções;

. Quanto a soluções, refira-se que na última reunião ocorrida na Direção-geral dos Estabelecimentos Escolares, a Autarquia fez a proposta de um equipamento tipo – com custos e soluções técnicas padronizadas. Havendo disponibilidade para negociar, a solução pode muito bem ser a execução de “pavilhão tipo”.

O **Sr. Presidente** conclui esta informação dizendo que se encontra agendada a deslocação, para efetivação duma reunião de trabalho, nos referidos estabelecimentos escolares, com o Sr. Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, para o próximo dia 16 de janeiro, pelas 15:00 horas.

• **Ciclo de cinema cubano no Auditório Municipal de Pinhal Novo – O Sr. Presidente** informa que está a decorrer um ciclo de cinema cubano no Auditório Municipal de Pinhal Novo ao longo do mês de janeiro. A encerrar esse ciclo, no dia 23 de janeiro, pelas 21:30 horas, no mesmo local, realizar-se-á a iniciativa “Guerra contra Cuba: Razões, fins e consequências”, da responsabilidade da Associação de Amizade Portugal-Cuba, com exibição do documentário “Ode à Revolução”, seguida de debate com a participação da Sra. Embaixadora de Cuba em Portugal, Johana Tablada de la Torre. O Município tem estado a dar todo o apoio logístico e de divulgação a essa iniciativa. No dia em que se realizava a reunião de Câmara ordinária de 17 de dezembro do ano findo, em que foi aprovada a Moção (Contra o bloqueio a Cuba e pela libertação dos cidadãos Cubanos Antonio Guerrero, Ramón Labaniño e Gerardo Hernández) de iniciativa política, assistiu-se à libertação do chamado grupo dos “cinco cubanos”. Por si só, a iniciativa que vai ter lugar é particularmente importante para todos poderem conhecer a realidade e a cultura cubana e perceber os desafios que agora se colocam a este povo e, também, à solidariedade internacional, dado que da parte dos Estados Unidos da América houve uma reação de abertura diplomática de louvar, que só peca por tardia, e que pode encetar um ciclo completamente diferente de desenvolvimento para aquele território na América Central.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta cumprimentos.

• **“Palmela Experiências com Sabor” – Mês da Fogaça de Palmela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá conhecimento que se realiza pela primeira vez, no mês em curso, um conjunto de iniciativas muito diversificadas dedicadas à fogaça de Palmela. Essa particularidade é deveras interessante, dado que existe uma ligação tradicional desse doce ao dia de Santo Amaro celebrado a 15 de janeiro. Era, por essa altura, que as famílias de Palmela confeccionavam fogaças, muitas vezes nos fornos comunitários da vila para oferecer ao Santo, como pedido de proteção e pagamento de promessas.

Acrescenta que, entre as atividades a realizar, em parceria com a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal (ARVPS), a Confraria Gastronómica de Palmela e a Paróquia de Palmela, destaca-se a cerimónia da bênção da fogaça, que tem lugar amanhã pelas 19:00 horas na Igreja Matriz de São Pedro. Trata-se de uma das tradições gastronómicas de Palmela, revitalizada pela Confraria Gastronómica de Palmela e que mobiliza dezenas de pessoas na comunidade.

Realça, ainda, que a partir de 16 e até ao próximo dia 25 de janeiro, vão realizar-se os “Fins de Semana Gastronómicos da Fogaça de Palmela” em catorze estabelecimentos aderentes, onde os visitantes poderão degustar alguns pratos de carácter inovador que integram a rainha da doçaria tradicional de Palmela como, por exemplo, delícia de bacalhau com crosta de fogaça de Palmela, ou o *cheesecake* de fogaça de Palmela com frutos vermelhos.

Pelo programa que agora expõe, se vê a importância da aposta na promoção da gastronomia do concelho, na sua inovação, nos produtos locais como fator de promoção e dinamização da atividade económica e da restauração em particular. Pelo que destaca, igualmente, nos dias 17 e 24 de janeiro, na Casa Mãe da Rota de Vinhos, o público poderá aprender como harmonizar a fogaça de Palmela com a fogaça de Setúbal, ou com chás aromáticos. Serão momentos muito interessantes que irão proporcionar aos participantes a oportunidade de degustação desses produtos e de saber mais sobre a sua história e características. No dia 24 de janeiro vai realizar-se, mais uma edição, do Concurso da fogaça de Palmela. Esse concurso é aberto à população em geral e originou, em anos transatos, a criação de novas empresas de confeção da fogaça de Palmela.

Termina com a informação de que o programa de animação do livro e da leitura das bibliotecas municipais, destinado ao público infantil, vai ter este ano como tema a fogaça – “Histórias com Sabor a Fogaça”. Para além disso, está em curso uma ação muito importante junto da comunidade escolar integrada no Projeto “Ler+ @doça a Vida”, de forma a sensibilizar para a doçaria regional. Encontram-se previstas sessões de esclarecimento sobre esse doce em todos os agrupamentos escolares do concelho. São ações direcionadas para as escolas e que abrangem um universo de mais de um milhar de alunos em todas as escolas do concelho do ensino básico ao ensino secundário.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos (dois Votos de Pesar):

. **Voto de Pesar (Terrorismo em França)** – A ser apresentado pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho.

Aprovado, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de Pesar** – A ser apresentado pelo Sr. Presidente.

Aprovado, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

Seguidamente, a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** começa por cumprimentar os presentes e passa à apresentação do Voto de Pesar:

VOTO DE PESAR (Terrorismo em França)

"A França e o mundo civilizado viveram, na passada semana, um dos maiores desafios aos pilares da democracia.

Extremistas islâmicos, de nacionalidade francesa, atacaram o coração da liberdade de expressão e fizeram 12 mortos, seguindo-se mais 5 mortes gratuitas em nome de uma cruzada que pretende instaurar o medo.

É certo que a mesma cruzada tem feito, nos últimos anos, um número muito mais elevado de vítimas, indiscriminadamente, mas longe do velho continente. Nem os jornalistas barbaramente assassinados em público e em direto originaram uma reação tão enérgica por parte do poder político, religioso, dos media e dos cidadãos e cidadãs à escala global.

De facto o "CHARLIE HEBDO" e os jornalistas mortos encerram uma história até agora desconhecida de muitos e muitas.

Nasceu em 1970 sobre os escombros de "Hara Kiri Hebdo" e foi lançado como o "jornal que se aproveita do mal dos outros". Toda a equipa do primeiro passou para o segundo. "Hara Kiri Hebdo" foi proibido por tratar de um modo desrespeitoso de Gaulle (presidente da república, herói da resistência à ocupação nazi), através de uma capa em que juntou a um 'fait divers' a notícia da morte do ex-presidente: "Bal tragique - à Colombay - un mort". Ao longo da sua primeira fase, foi perseguido, atacado e processado pelas autoridades francesas e praticamente toda a gente. Autossuspendeu-se em 1982, com uma capa de Wolinski – agora assassinado. Seis meses depois, numa igualmente célebre emissão televisiva para a qual foi convidada, a equipa dá escândalo e insulta os restantes convidados. Os 'media' franceses são unânimes na condenação - póstuma - de Charlie. Regressado em 1992, as coisas não correram melhor ao jornal: a penúltima tropelia de que foi alvo, em 2011, foi a destruição das suas instalações à bomba... Pois bem: após anos de perseguição e censura consensuais por abuso de liberdade de expressão, "Charlie Hebdo" foi mártir do direito a essa mesma liberdade. Após ter sido proibido por insulto à memória de um presidente, outro presidente faz o seu elogio. Chega ser irónico que 50 chefes de estado se tenham unido para prestar homenagem a quem sempre os desafiou com cartoons. Depois de condenado unanimemente nos jornais franceses pela sua prestação televisiva de 1982 ("La chienlit"; "Crève, Charlie!"), todos os jornais - franceses e não só - se indignam com o bárbaro ataque de que foi vítima.

Todos quiseram ser CHARLIE na passada semana, todos e todas perceberam que a liberdade, a tolerância, a paz, os direitos humanos são valores e imperativos civilizacionais.

Afinal, a única arma eficaz contra a barbárie é a civilização. Por tudo isto, hoje, mais que nunca, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em 14 de janeiro de 2015, afirma, também, o

seu voto de pesar pelas 17 mortes ocorridas e condena veementemente, estes e todos os ataques terroristas perpetrados em qualquer sítio do mundo, em nome da democracia, da liberdade e dos direitos humanos.”

O **Sr. Presidente** passa à apresentação do seguinte Voto de Pesar:

VOTO DE PESAR

“No dia 7 de janeiro, um grupo terrorista armado invadiu as instalações da revista “Charlie Hebdo”, na cidade de Paris, França, matando doze pessoas, entre os quais o diretor da publicação, quatro caricaturistas e dois polícias, e ferindo outras onze, aos quais se somam mais cinco vítimas resultantes do ataque perpetrado na Mercearia Kosher. Estes atos bárbaros e cobardes, muito em particular – os mais recentes de uma longa série de ataques e ameaças a esta e outras publicações internacionais, pelos seus conteúdos mordazes e satíricos – foram recebidos com consternação em todo o mundo e vieram reacender velhas questões, relacionadas com a defesa do direito à liberdade de expressão, mas também com o respeito pela liberdade religiosa e as verdadeiras razões que se escondem por detrás de movimentos extremistas.

Momentos como estes, em que o terror tolda perspetivas mais lúcidas, são rapidamente aproveitados para gerar preconceitos e instigar sentimentos xenófobos e racistas entre os povos, trazendo-nos à memória episódios negros do último século da história europeia, que temos o dever e a obrigação de não repetir, jamais. Devemos estar atentos e combater a instrumentalização deste ataque, como justificação para o crescimento intolerável de movimentos fascistas em todo o mundo e, em particular, inconcebíveis no contexto de uma verdadeira União Europeia.

A intensificação das restrições e medidas de segurança, a cujo aumento temos assistido desde o 11 de setembro de 2001 - colocando, muitas vezes, em causa, direitos, liberdades e garantias dos cidadãos - tem contribuído, em grande parte, para um aumento do clima de medo e de suspeição, camuflando e justificando ataques sancionados contra estados soberanos, e para uma escalada muito preocupante de conflitos armados na última década. A raiz do problema, no entanto, mantém-se, sem que se vislumbre uma alteração das políticas internacionais, nos campos económico, social e diplomático, que ponham cobro à exploração e à exclusão social e unam esforços e vontades do ocidente e oriente, no sentido de por fim aos apoios políticos, militares e financeiros a grupos terroristas. Apenas políticas coerentes e respeitadoras da soberania dos povos, da liberdade e da democracia poderão conduzir a uma paz verdadeira e duradoura.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida, publicamente, a 14 de janeiro de 2015, condena e repudia, de forma veemente, o ataque inqualificável à redação do “Charlie Hebdo”, e manifesta

a sua consternação pelas vidas que se perderam e profunda solidariedade ao povo francês e, em particular, aos familiares e amigos de todas as vítimas.”

Sobre os Voto de Pesar antes transcritos, usam da palavra:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, sobre o assunto em apreço, há que ter uma noção muito clara daquilo que se vai votar. Cada um deve, em consciência, votar contra a barbárie, contra a opressão, contra a liberdade de expressão e a liberdade de cada um de poder livremente exprimir o seu pensamento. Por isso, certamente que todos se solidarizam com as vítimas, com os que faleceram, com aqueles que mais próximo eram das vítimas e com os jornalistas do Charlie Hebdo que continuam, e continuarão, a exercer a sua profissão e a sua liberdade de expressão.

Aproveita a ocasião para destacar, em relação ao Voto de Pesar que o Sr. Presidente leu, que considera o penúltimo parágrafo desnecessário. Na sua opinião, não existe nada que justifique a barbárie que aconteceu em Paris e não deve haver alguma ilimitação à liberdade de expressão. Nada justifica a barbárie; nem essa, nem outra, seja perpetrada, por exemplo, por islâmicos radicais, por judeus radicais ou por cristãos radicais. O parágrafo em causa pode levar a interpretações – de que pode haver razões que justifiquem alguns atos tresloucados de um bando de energúmenos - e certamente não é isso o que se pretende. Independentemente de algumas incoerências da política internacional e diplomática, nada justifica que um bando de bárbaros entre por um jornal e comece a disparar contra pessoas que livremente se exprimiram. O cerne da questão é esse e não se deve dispersar com outras questões que, para o efeito, nada acrescentam. Apesar deste reparo, não deixará de votar favoravelmente o documento em apreço, até porque o que conta é a parte deliberativa.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** saúda os presentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** sublinha que este é um momento de grande pesar e é, seguramente, compartilhado por todos os que estão presentes na sala e, também, por aqueles que acompanham a reunião à distância através do *site* do Município. Opina que foi grande a projeção que o ataque teve, por ter ocorrido em território europeu e que poderá até ajudar a refletir, com calma e tranquilidade, outras questões como as relações religiosas e as relações culturais.

Quanto ao que foi dito pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que a maioria em exercício concorda que se deve lutar contra a barbárie e a opressão e, seguramente, não se pode pôr em causa a liberdade de expressão. O sucedido em França foi um forte “abanão”, mas não se deve descurar que, também, em outras partes do globo a barbárie existe. Por exemplo:

- . Na mesma semana, duas mil pessoas foram assassinadas na cidade Baga na Nigéria pelo grupo extremista Boko Haram;
- . Em setembro de 2014, entre 40 a 50 jovens mexicanos desapareceram e terão sido entregues pela própria polícia a um grupo armado que os queimou vivos;
- . Em dezembro de 2014, no Paquistão, uma escola foi barbaramente atacada sem nenhum respeito por jovens que consideram que é no ensino e na educação que estão os principais valores do seu país e da sua cultura.

Estes acontecimentos também não podem ser descurados.

Acrescenta que o Nicolas Sarkozy ou o François Hollande, ou ambos, tomaram a iniciativa de refletir juntamente com um grupo de outros Chefes de Estado sobre o facto de, no passado, a comunidade internacional ter entregado armamento aos membros do Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS). Ora, quando isso foi feito, sabia-se à partida que o armamento estava a ser entregue a jihadistas assumidos, pois eles nunca o negaram. Independentemente da opinião sobre o Iraque ou a Síria, a verdade é que isso foi uma realidade. Hoje a Líbia não é nada, pois está completamente desmembrada/desfragmentada. É certo que era governada por um louco, mas pergunta:

- . Será que agora está melhor?
- . Será que a importação de terroristas para aquele território foi a melhor solução?

Na sua opinião, mais cedo ou mais tarde, o povo líbio resolveria, em liberdade, esse assunto. O que interessa é saber se são esses os valores que deverão, ou não, prevalecer.

Acrescenta que esta temática, também, deve ser motivo para reflexão, pois de uma maneira ou de outra todos estão comprometidos, nem que seja por omissão. Na sequência do trágico episódio todos passaram a ser “Charlie” – e, pessoalmente, acha bem que todos os eleitos presentes o sejam, agora e no futuro. Há que olhar para o passado, tirar as devidas conclusões e, acima de tudo, aprender algo.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** resume, numa palavra-chave, o acontecido em Paris: barbárie! Foi uma barbárie que não pode repetir-se. Existe um histórico por detrás do sucedido e há que evitá-lo futuramente. Essa lição é devidamente referenciada no Voto de Pesar apresentado e lido pelo Sr. Presidente. Há que aprender algo com os episódios negros do último século da história europeia. Só assim é possível dar passos em frente, pelo que a grande desgraça agora ocorrida deve dar motivos adicionais para se avançar. Era bom que nos próximos tempos a questão do Médio Oriente fosse resolvida e que passasse a haver um Chefe de Estado Judaico e outro Chefe de Estado Palestino. Mas, ao invés disso, se for para continuar com o pensamento de que mais vale um europeu do que um asiático, ou um africano, pois então será muito pouco.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que já que se está num clima de “estados de alma” também gostava de partilhar “estados de alma” e justificar, embora não careça de justificação, porque é que estão a ser propostos dois Votos de Pesar que têm o mesmo objetivo: a condenação de atos terroristas?

Relativamente às retrospectivas históricas que se fazem e às análises do presente, refere a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** que, do seu ponto de vista, todas são válidas; inclusive, a do Jean-Marie Le Pen que afirma que “não é Charlie” - pelo menos foi sincero. Quanto ao Voto de Pesar apresentado pelos eleitos do PS, tem a acrescentar que, para além do grande objetivo que é a condenação da barbárie, este texto também pretende pôr o “dedo na ferida” relativamente ao cinismo e à hipocrisia que reina neste “velho continente”. Quando se faz a história do Charlie Hebdo e se sublinham alguns factos históricos, o pior castigo para os cartonistas que morreram, talvez seja aquela frisa dos cinquenta Chefes de Estado (em parte a prestar-lhes a homenagem) onde mais de metade foram objeto de cartoons. Entre eles estava um que, na semana anterior, tinha mandado vergastar violentamente um blogger que se opunha às regras vigentes. Essa ironia não pode ofuscar os presentes relativamente ao que é o essencial. Depois de assassinar em direto jornalistas e de morrerem milhares de crianças, jovens e civis em hospitais fruto do terrorismo, é preciso chegar aos sítios onde “dói” para serem tomadas medidas. Foi preciso ser no coração do país da Igualdade, da Fraternidade e da Liberdade e ser num jornal quanto ao qual o poder francês e os *media* franceses muitas vezes investiram pela própria história, para que a convergência dos Chefes de Estado se desse. Mas as pessoas de bem e com consciência política e democrática enraizada não podem deixar de regozijar-se com a união verificada na sequência do que ocorreu. Com tudo o que se disse e tudo o que se leu, são legítimos os “estados de alma”. Talvez, agora, os franceses aprendam um bocadinho mais e possam refletir sobre as declarações e que se deixem de lado as hipocrisias e os cinismos. O velho continente (a Europa) encerra os grandes pilares da democracia, mas consegue coabitar muito bem com alguma barbárie, desde que seja longe. Uma das intenções do Voto de Pesar do PS era, também, a referência a esta realidade.

O **Sr. Presidente** começa por assegurar o seguinte: “*Je suis Charlie, mais je ne suis pas manipulable*” (“Eu [até posso] ser Charlie, mas não sou manipulável”).

Quanto aos Votos de Pesar apresentados, o **Sr. Presidente** menciona que estes, em momento nenhum, se contradizem. Ambos concorrem para uma reflexão muito mais profunda sobre o assunto, e obviamente não a esgotam, mas deixam nas ‘entrelinhas’ uma mensagem de alerta precisamente para que os cidadãos não pensem que a história está toda contada, ou que alguém pode ser revisionista da história ou ter uma única versão da história. Para além disso, em momento algum, no segundo parágrafo do Voto de Pesar que apresentou, consegue intelegir que haja a tentativa de justificar qualquer violência. Ao invés, existe um alerta para as contradições que todos reconhecem existir em algumas tomadas de posição, sobretudo para que essa unidade em torno da garantia da liberdade, do bem-estar e da segurança não sirva de

“álibi” para restringir outras garantias, liberdades e seguranças. É suficiente que se ouça o que alguns líderes e decisores políticos têm vindo a terreiro apresentar. Opina que o fundamental é esquecido, pois as questões relacionadas com esta temática resolvem-se (não é na chamada civilização ocidental e europeia, onde Portugal se integra), mas nos continentes de onde emergem. Não pretende abrir a discussão sobre o conceito de mundo civilizado e porque é que determinadas civilizações podem ser mais ou menos civilizadas, mas cabe a Portugal como percussor - até porque foi ocupante de vários continentes e tentou lançar uma matriz, uma forma de ver o mundo - ajudar a resolver o problema de certos povos. Só com a educação e o bem-estar é possível uma coexistência de tolerância, de aceitação do outro e da alteridade. Só assim será possível combater a necessidade de afirmação pelo extremismo, pelo ódio e, ainda, pela rivalidade. O parágrafo em causa visa apenas alertar para as contradições, porque elas efetivamente existem e, exemplo disso, foram as cinquenta “personagens” que posaram para a fotografia numa pseudomanifestação. Ademais, há que reconhecer a importância da forma como as pessoas se uniram e, não obstante as suas diferenças, uniram-se para garantir um bem que consideram comum: a sua segurança, liberdade e bem-estar.

O **Sr. Presidente** menciona que há espaço para cada um refletir sobre algo que deve ser feito e continua a não ser concretizado, e isso pode servir para voltar ao passado. Congratula-se com o facto de o Presidente francês François Hollande dizer que não vai atrás ‘dessas visões’ que visam restringir mais, vigiar, reforçar forças de segurança na rua para apoiar as pessoas e dar tranquilidade. O policiamento de proximidade também é defendido pelo executivo municipal, mas note-se que há uma situação defendida por alguns, entre os quais estão movimentos extremistas, ligados, por exemplo, ao idealismo neonazi, e que pretendem fazer regressar a Europa a tempos de má memória. Espera que não falte discernimento e liberdade aos cidadãos europeus e que não haja um desvio do caminho que se tem tentado trilhar conjuntamente (até na ótica de alargamento da influência do espaço e da cidadania europeia a outros territórios). Espera que não se deixem tentar por regressos ao passado, seja em que medida for. Na generalidade todos os eleitos municipais estão de acordo e as reflexões nas ‘entrelinhas’ ficam para cada um as fazer no âmbito das referências, do conhecimento da realidade do mundo e da experiência de vida de cada um; mas, sobretudo, é preciso estar atento a alguns aproveitamentos dessas genuínas e legítimas manifestações de indignação, de assunção da liberdade para outros fins que não aqueles que visam, efetivamente, garantir a liberdade e a segurança dos cidadãos.

Submetido o Voto de Pesar (Terrorismo em França) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia:

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** apresenta cumprimentos.

• **Paragem do autocarro junto à entrada do perímetro urbano de Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** solicita o ponto de situação sobre as diligências que o Sr. Presidente ficou de fazer em relação à paragem dos autocarros que se encontra junto ao atravessamento da Estrada Nacional em Vila Serena, Pinhal Novo, na sequência da execução da ciclovía.

• **Recolocação de um contentor na Rua Barbosa du Bocage, em Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** alude a uma situação que foi reportada aos Vereadores do PS, desconhecendo até que ponto não terá necessidade de revisão. Trata-se de um pedido de recolocação de um contentor do lixo na Rua Maria Barbosa du Bocage (lado sul) do Pinhal Novo, que está localizado ‘praticamente’ frente a uma janela de um rés do chão. Sugere que se analise a possibilidade de recolocação desse contentor noutro local.

• **Estado de degradação da Casa do Povo de Palmela – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** destaca que, na sequência de uma notícia que veio na comunicação social, a Autarquia terá notificado os proprietários da Casa do Povo de Palmela para realizarem obras. Solicita esclarecimentos sobre o desenvolvimento do processo e se a Autarquia irá enveredar esforços no sentido da realização coerciva das obras.

• **Colocação de médicos de saúde primários no distrito de Setúbal e, nomeadamente, no concelho de Palmela – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que as últimas semanas têm sido pródigas em notícias sobre a área da saúde, ou melhor a falta de saúde dos portugueses. Houve um anúncio público de colocação e reforço de médicos de saúde primária um pouco por todo país, mas, particularmente, no distrito e no concelho. No que concerne ao concelho, constata a existência da contradições dos números que vão sendo avançados por várias fontes. Gostaria que este assunto fosse comentado. Há uns meses atrás foi tornada pública a forma extraordinária da colocação de médicos, ou da sua não colocação, a partir da oferta de casas de acolhimento para os mesmos, ou da sua não oferta. Na altura, o executivo municipal tomou uma posição relativa à não existência de disponibilização de casas de acolhimento. Solicita saber quais os desenvolvimentos ocorridos, na sequência dessa tomada de posição da Câmara Municipal. Pretende saber se ocorreu, ou vai ainda existir o reforço de médicos no concelho.

• **Acessos ao Centro de Saúde de Palmela e ao cemitério de Palmela – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** questiona sobre se terá sido encontrada uma solução técnica de acesso ao Centro de Saúde e ao cemitério, em Palmela.

• **Obra da Urbanização do Sobreiro Grande, em Águas de Moura – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** interroga sobre se a obra da Urbanização do Sobreiro Grande, em Águas de Moura, já foi rececionada pela Câmara Municipal e, em caso afirmativo, em que condições.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

_ **Paragem do autocarro junto à entrada do perímetro urbano de Pinhal Novo** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues) – O **Sr. Presidente** informa que foi transmitido aos serviços a necessidade de colocação de uma pequena plataforma em betão sobre a linha de água que permitisse, a quem espera pelo autocarro, poder estar ali em maior segurança. Na altura, até sugeriu a utilização de uma base prefabricada para colocação dum contentor de resíduos sólidos urbanos (RSU). Não existe espaço público, porque se tratam de dois canais (um pertencente à EP - Estradas de Portugal, S.A. e outro à Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE), pelo que é quase impossível à Autarquia tomar posse e fazer algo diferente. Mandou aferir qual é o número de pessoas que usam a paragem em causa. O assunto foi encaminhado, mas não consegue garantir se já se encontra instalada a base para colocação do contentor.

_ **Recolocação de um contentor na Rua Barbosa do Bocage, em Pinhal Novo** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues) – O **Sr. Presidente** questiona sobre se o município que contactou diretamente os Srs. Vereadores do PS terá efetuado a exposição junto dos serviços da Câmara Municipal. Adianta que a Sra. Vereadora do pelouro vai procurar situar a solicitação (se é que esta tenha sido dirigida à Câmara Municipal) e vai procurar, dentro do espaço público disponível, acomodar o contentor, sendo que, nesse local, os contentores estão consolidados há muitos anos e não podem ser colocados nos estacionamento. Garante que o assunto será encaminhado para os serviços de recolha e de ocupação do espaço público para efetivação da devida análise.

_ **Acessos ao Centro de Saúde de Palmela e ao Cemitério de Palmela** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** menciona que a solução dos acessos ao Centro de Saúde de Palmela e ao cemitério de Palmela está a ser trabalhada. Encontra-se elaborado um plano de obras para 2015 que priorizou o que a generalidade dos

municípios validou como principais preocupações. Trata-se duma obra que vai ser feita por administração direta. Há uma ideia de intervenção que, pese embora não necessite de projeto, tem de ser operacionalizada, porque carece de alguns estudos, em particular, do talude e da drenagem das águas pluviais. O objetivo é o da construção de um passeio, à semelhança daquele que existe no acesso à Urbanização do Outeiro, se bem que não deva possuir metro e meio de largura. A primeira fase do projeto é levar um passeio até ao canto sul do muro do cemitério.

– **Estado de degradação da Casa do Povo de Palmela** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que o estado de degradação da Casa do Povo de Palmela é uma questão que a Autarquia tem vindo a acompanhar com a devida preocupação. Foram tomadas medidas por forma a garantir a segurança dos transeuntes, isolando a zona, e foram feitas todas as notificações legais a que a Autarquia está vinculada no sentido de garantir a resolução do problema. Se o mesmo não for resolvido, está em cima da mesa a realização de uma intervenção coerciva, imputando os custos pela realização da obra à Casa do Povo de Palmela.

Acrescenta que, em reunião realizada com o Sr. Presidente da Casa do Povo de Palmela, sensibilizou-o para a importância de resolver definitivamente esta questão em concreto. O trabalho meritório que esta instituição social do concelho tem vindo a desenvolver é do reconhecimento de todos, mas a Casa do Povo de Palmela não atravessa um momento particularmente feliz do ponto de vista financeiro. A situação é de deveras preocupante e terá de ter uma resposta rápida por parte desta entidade.

– **Colocação de médicos de saúde primários no distrito de Setúbal e, nomeadamente, no concelho de Palmela** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a questão levantada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho é muito oportuna, na medida em que aquilo que, numa primeira fase, surge na comunicação social é: a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, (ARSLVT) vai ter mais 168 médicos de medicina geral. À primeira vista, pensa-se logo que pelos diversos Agrupamentos de Saúde da Área Metropolitana de Lisboa, com mais de 319.200 utentes, serão distribuídos médicos para minorar as dificuldades. Nada mais falso. O que acontece é que esses 168 médicos que acabaram o curso de Medicina vão entrar no internato médico de 4 anos, e só depois de terem a sua formação médica especializada é que poderão candidatar-se a um concurso nacional. Nessa altura, os médicos vão poder optar pelo norte do país, ou centro, ou beiras, e assim sucessivamente. Não é como afirma o comunicado da ARSLVT que os médicos em causa se destinam à região de Lisboa. Considera que isto é defraudar as necessidades das populações. Por exemplo, só na região sob alçada do

Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida (ACES da Arrábida) existem 184.000 utentes sem médico de família. A formação é importante, mas é preciso dar o devido nome, caso contrário criam-se ilusões. Está prevista a vinda de quinze médicos internos para o ACES Arrábida. Desses, quatro ou cinco virão para a Unidade de Saúde Familiar Santiago de Palmela.

Ainda sobre o comunicado, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que houve o cuidado de perguntar ao diretor do ACES Arrábida quantos médicos é que estão previstos para a jurisdição daquela instituição e, na altura, nem o próprio diretor o sabia. Ele próprio não tem meios, apenas recebe ordens e aquilo que sabe é que vai integrar médicos, o que já é positivo. Há que aguardar. Esta situação não significa, por si só, que vá haver mais médicos de família em Pinhal Novo ou no Bairro Alentejano.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** apresenta cumprimentos.

_ **Urbanização do Sobreiro, em Águas de Moura** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que solicitou aos serviços a informação sobre se a obra da Urbanização do Sobreiro Grande, em Águas de Moura, já foi rececionada, mas, até ao momento, a receção das obras ainda não teve lugar. Espera poder, na próxima reunião de Câmara, prestar os esclarecimentos necessários.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. VEREADOR DO PELOURO E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Vereador do Pelouro, Adilo Oliveira Costa, e Sr.ª Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 17.12.2014 e 13.01.2015.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos

processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 15.12.2014 e 09.01.2015.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 17.12.2014 a 13.01.2015, no valor de 2.759.010,21 € (dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e dez euros e vinte e um cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 13.01.2015, apresenta um saldo de 8.360.504,13 € (oito milhões, trezentos e sessenta mil, quinhentos e quatro euros e treze cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 7.317.668,76 € (sete milhões, trezentos e dezassete mil, seiscentos e sessenta e oito euros e setenta e seis cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 1.042.835,37 € (um milhão, quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e cinco euros e trinta e sete cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª alteração ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018.

PROPOSTA N.º DADO 01_01-15:

«A 1.ª alteração ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018 tem como finalidade proceder ao reforço de diversas ações cujas dotações se encontram, parcialmente ou na sua totalidade, com valores a definir, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação Iluminação Cenográfica do Castelo de Palmela, cujo valor se encontra integralmente a definir, em virtude de à data da elaboração do orçamento ainda não se dispor do resultado da candidatura ao PorLisboa efetuada ao abrigo do regime de overbooking. Tendo a candidatura sido aprovada e sendo o prazo de execução deste projeto muito curto, é necessário proceder de imediato ao lançamento de todos os procedimentos concursais destinados à sua concretização;
2. Reforço da dotação da ação Regularização da Ribeira da Salgueirinha, cujo valor se encontra integralmente a definir, em virtude de à data da elaboração do orçamento ainda não se dispor do resultado da candidatura ao Fundo de Proteção de Recursos Hídricos. Tendo a candidatura sido aprovada, torna-se necessário proceder de imediato ao lançamento de todos os procedimentos concursais destinados à contratação de estudos e projetos;
3. Reforço da dotação de diversas ações relativa ao Projeto Plano Diretor Municipal, cujos valores se encontram parcialmente a definir, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais urgentes.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição de dotação de ação relativa aos pagamentos à Simarsul, cuja verba não será necessária utilizar nos primeiros meses do ano e que será reposta na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2014.

O valor desta alteração é de 473.180,00 € (quatrocentos e setenta e três mil, cento e oitenta euros), e representa 1,21% do Orçamento em vigor, estando assegurado o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental (cf. art.º 40º da Lei n.º 73/2013), cujo saldo passa a ser 2.202.076,00 € (dois milhões, duzentos e dois mil e setenta e seis euros).

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 1.ª alteração ao Orçamento de 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018.»

Sobre a proposta de 1.ª alteração ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018 numerada DADO 01_01-15 intervêm:

O **Sr. Presidente** recorda que, no ano passado, fruto de uma alteração legislativa, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) passaram a ter de ser aprovadas no mês de outubro. Recorda que, nessa altura, a Autarquia tinha algumas candidaturas em curso, mas como ainda não se sabiam os valores exatos das ações, nem os totais das dotações a afetar, ou se iria haver comparticipação financeira, mantiveram-se alguns valores a definir. Depois de rececionada a notícia se houve candidaturas aceites, é necessário que as rubricas estejam

munidas das devidas dotações. Em alguns casos na totalidade, e noutros casos em parte. Alguns valores que estavam na condição de “a definir” ficarem definidos em 2015 para que a Autarquia possa lançar os procedimentos concursais. Estas são as alterações de vulto.

O valor da 1.ª alteração ao Orçamento e às GOP é de 473.180 euros, o que representa 1,21% do Orçamento. Regista que está perfeitamente assegurado o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, conforme o preceituado no art.º 40º, da Lei n.º 73/2013, cujo saldo passa a ser maior e mais generoso. A Autarquia passa a poder cumprir com uma margem maior, uma vez que há um maior equilíbrio entre receita corrente e a despesa corrente. O rácio melhorou, uma vez que foi redirecionada verba para o capítulo do Investimento.

Seguidamente, o **Sr. Presidente** passa à explicação que se enuncia:

Reforço da dotação da ação Iluminação Cenográfica do Castelo de Palmela

O valor estava integralmente “a definir” pelas razões já aduzidas. Assim que houve o resultado da candidatura ao Programa Operacional Regional de Lisboa (PORLisboa), efetuado ao abrigo do regime de aprovação condicionada – *overbooking*, e também porque o prazo de execução do projeto é muito curto, é necessário proceder de imediato ao lançamento de todos os procedimentos concursais destinados à sua concretização.

Reforço da dotação da ação Regularização da Ribeira da Salgueirinha

O valor também se encontrava integralmente “a definir” pelos mesmos motivos. Após a decisão, por parte do Sr. Secretário de Estado, de aceitação da candidatura da Autarquia ao Fundo de Proteção de Recursos Hídricos e, também, do financiamento, torna-se necessário proceder de imediato ao lançamento de todos os procedimentos concursais destinados à contratação de estudos e projetos - condição indispensável para que, até final de março, se possam entregar, nessa primeira fase, os documentos que são exigidos.

Reforço da dotação de diversas ações atinentes ao projeto do Plano Diretor Municipal

Estava parcialmente dotado, porque estava dependente de outros estudos. Esta é uma matéria sobre a qual há que tomar decisões rapidamente. Assim, no último ano, foi feito um trabalho árduo e contratualizou-se com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) que, no período de transição até à existência de nova legislação, decorrente da alteração à Lei dos Solos (que pode vir a deitar por terra o trabalho que tem sido feito nos últimos anos), pretende a Câmara Municipal entregar, até final de junho, uma proposta. É imperioso que se faça um reforço financeiro.

Dado que a avença que a Autarquia tinha com duas arquitetas que trabalhavam na área do PDM, gerindo processos da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN) terminou, é necessário a contratação de serviços a especialistas para ultimar os últimos volumes do PDM, nomeadamente, o regulamento e um conjunto de outros documentos que os Vereadores da oposição terão oportunidade de conhecer.

Relembra que se mantém de pé a promessa e o compromisso que assumiu de, nos primeiros meses do ano, realizar uma sessão de trabalho, dirigida ao executivo da Câmara Municipal e à Assembleia Municipal sobre o estado de desenvolvimento dos trabalhos do PDM, sobretudo para se perceber a complexidade envolvida.

Assim, a verba estava parcialmente a definir, mas, de modo a possibilitar o lançamento do procedimento, é necessário disponibilizar verbas como “definidas”. Obviamente houve necessidade de anular dotação de verba noutra(s) rubrica(s).

Acertos na rubrica da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)

Recorda que, aquando da aprovação do Orçamento ainda não estavam indicadas as verbas provenientes do Orçamento Geral do Estado. Mas assim que este documento foi conhecido não se aplicou, logo na altura, a percentagem que foi estipulada - conforme a alteração de estatutos da AMRS que foi aprovada em reunião de Câmara. Existe uma afinação de 1.802 euros, em virtude de ter sido recebido ligeiramente mais.

Acertos na rubrica da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA)

Também, neste caso, houve necessidade de proceder a acertos no montante de 378 euros. Não é que essa verba seja precisa para já, mas, uma vez que está diagnosticado esse desfasamento, este é corrigido já no início do ano. Os pagamentos vão sendo feitos, nuns casos mensalmente, noutros trimestralmente.

O mais importante é a definição das verbas em Orçamento de acordo com o que é necessário para cada uma das respetivas rubricas.

Estudos, Pareceres e Consultoria

Está decorrente da opção de intensificar os trabalhos, a adjudicação de estudos/trabalhos externos para o processo do PDM na área da instalação de serviços, a alteração decorre de necessidades, mais concretamente na obra do Espaço Cidadão - são questões que estavam dependentes do acompanhamento arqueológico da obra, adjudicado até final do ano. A obra decorre até abril, pelo que há necessidade de manter o acompanhamento arqueológico. A arqueologia não surge só quando se “mexe” no chão. Estava satisfeito com o facto de ter sido ultrapassada a fase das fundações, mas em virtude do ramal de ligação aos esgotos, houve necessidade de ter um arqueólogo a acompanhar os trabalhos. Mais interessante foi quando se procedeu à picagem das paredes, descobriram-se outras janelas e vestígios de influências de uma judiaria naquela zona de Palmela. Isso explica, em parte, a lentidão de algumas obras. Importa destacar que não há como contornar a adjudicação desse acompanhamento arqueológico até abril próximo.

Sistema de abastecimento a Palmela

Destaca a novidade que decorre de uma opção que foi tomada para equipar o furo RA1 com uma estação de bombagem para permitir a ligação ao sistema de abastecimento a Palmela. A adjudicação dessa empreitada orça em cerca de 108.000 euros, porque é necessário verificar se o furo (que está executado há muitos anos) está limpo e em condições, sendo que este trabalho tem de ser realizado por uma empresa especializada. A verba estava prevista para ser gasta até final do ano mas, mas, em termos de procedimento concursal, não houve tempo para lançar a obra atempadamente, pelo que se torna necessário prever a verba no início do ano para que se possa dar prosseguimento à empreitada.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E ORGANIZAÇÃO

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** cumprimenta os presentes e, em seguida, apresenta a seguinte proposta:

PONTO 2 – Gestão das despesas com pessoal em função do mapa de pessoal e do orçamento para o ano de 2015.

PROPOSTA N.º DADO_DRHO 01_01-15:

«No âmbito dos municípios a gestão dos recursos humanos e das despesas com pessoal depende dos recursos financeiros que, para o efeito, sejam disponibilizados no orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, atento o preceituado no n.º 1 do art.º 5º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do art.º 31º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Compete ao órgão executivo deliberar, no prazo de 15 dias após o início de execução do orçamento municipal, sobre os montantes máximos dos encargos destinados a recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e vagos no mapa de pessoal aprovado, bem como as alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em funções e sobre a atribuição de prémios aos trabalhadores, nos termos do disposto no n.º 2 artigo 5.º, do referido Decreto-lei n.º 209/2009, articulado com o preceituado no n.º 3 do art.º 31º, da referida Lei n.º 35/2014.

Atentas as restrições de valorização remuneratória consagradas na Lei do Orçamento de Estado para 2015 - alínea a) do n.º 2, do art.º 38º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, encontra-se vedada, pelo quinto ano consecutivo, a possibilidade de alteração de posicionamento remuneratório à luz dos regimes previstos nos art.ºs. 156º a 158º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Tendo sido aprovado o Orçamento Municipal para 2015, conjuntamente com o mapa de pessoal, por deliberação ordinária da Assembleia Municipal de Palmela na sessão realizada em 27 de novembro de 2014, e dele constando verbas orçamentais para recrutamentos, compete decidir relativamente ao montante máximo dos encargos com o recrutamento de trabalhadores.

O recrutamento de pessoal previsto para o ano de 2015, a efetivar através do provimento de postos de trabalho vagos no mapa de pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, precedida da respetiva aprovação em sede de concursos públicos, visa suprir a carência de recursos humanos, essencialmente, nas áreas de operacionais, sem prejuízo de se garantir o não aumento das despesas com pessoal comparativamente a 2014, de acordo com o regime estatuído no n.º 2 do art.º 62º, da Lei do Orçamento de Estado para 2015.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 2, do art.º 5º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e n.º 3 do art.º 31º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, delibere autorizar até ao montante máximo de € 96.960,00 (noventa e seis mil, novecentos e sessenta euros), a título de despesa para recrutamentos necessários à ocupação de novos postos de trabalho a preencher no ano de 2015.»

Submetida a votação a proposta, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Constituição de fundos de maneiio – ano económico de 2015.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_01-15.

«A constituição de Fundos de Maneio tem como objetivo permitir o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, conforme estabelecido no ponto 2.3.4.3 das Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), “em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada a constituição de fundos de maneiio, correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis aprovado pelo D.L. n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro”.

Tratando-se de uma transferência das disponibilidades à guarda do tesoureiro para a guarda de um determinado titular, **propõe-se** a constituição dos seguintes fundos de maneiio:

Atividade: Gabinete de Apoio à Presidência

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
José Alexandre	010201	02.01.21	-	Outros bens	100 €	700 €
	010201	02.02.13	-	Deslocações e estadas	75 €	300 €
	010201	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	600 €
	TOTAL				275 €	1.600 €

Atividade: Dep. Administração e Desenvolvimento Organizacional

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Paulo Pacheco	02.01	02.01.18	-	Livros e documentação técnica	75 €	150 €
	02.01	02.01.21	-	Outros bens	50 €	500 €
	02.02	02.01.11	2014-A-39	Material de consumo clínico	75 €	225 €
	02.02	02.01.21	-	Outros bens	100 €	300 €
	02.02	02.02.22	2014-A-37	Serviços de saúde	100 €	300 €
	02.03	02.01.21	-	Outros bens	200 €	2.200 €
	02.03	02.02.09	-	Comunicações	100 €	300 €
	02.05	02.02.25	-	Outros serviços	800 €	4.800 €
TOTAL					1.500 €	8.775 €

Atividade: Dep. Ambiente e Gestão Operacional do Território

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Maria Teresa Palaio Pereira	03.01	02.01.21	-	Outros bens	75 €	450 €
	03.01	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	300 €
	03.02	02.01.14	-	Outro material - peças	100 €	500 €
	03.02	02.01.21	-	Outros bens	100 €	500 €
	03.02	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	300 €
	03.03	02.01.14	-	Outro material - peças	75 €	375 €
	03.03	02.01.17	-	Ferramentas e utensílios	100 €	400 €
	03.03	02.01.21	-	Outros bens	100 €	400 €
	03.03	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	500 €
	03.04	02.01.17	-	Ferramentas e utensílios	100 €	400 €
	03.04	02.01.21	-	Outros bens	150 €	1.050 €
	03.04	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	800 €
TOTAL					1.150 €	5.975 €

Atividade: Div. Administração Urbanística

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Jorge Martinho	04	02.01.21	-	Outros bens	100 €	200 €
	04	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	500 €
	TOTAL				200 €	700 €

Atividade: Div. Educação e Intervenção Social

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Fernanda Rolo	05	02.01.21	-	Outros bens	100 €	400 €
	05	02.02.03	2014-A-28	Conservação de bens	100 €	500 €
	05	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	400 €
	TOTAL				300 €	1.300 €

Atividade: Div. Cultura, Comunicação e Turismo

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
José Calado Mendes	06	02.01.15	-	Prémios, condecorações e ofertas	100 €	300 €
	06	02.01.21	-	Outros bens	150 €	750 €
	06	02.02.03	-	Conservação de bens	150 €	600 €
	06	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	500 €
TOTAL					500 €	2.150 €

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Hasta Pública – adjudicação de espaços de venda nos mercados municipais de Palmela e de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCCT 01_01-15.

«1. Encontrando-se desocupados os espaços de venda dos mercados municipais de Palmela e de Pinhal Novo, abaixo indicados, **propõe-se** nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 7.º, do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais, a realização de hasta pública para atribuição do direito de ocupação daqueles espaços de venda, com as seguintes características:

1.1. Espaço de venda n.º 13 do mercado municipal de Pinhal Novo

- Ramo/atividade económica – Florista
- Base de licitação - € 500,00 (quinhentos euros)
- Lance - € 50,00 (cinquenta euros).

1.2. Espaço de venda n.º 1 do mercado municipal de Palmela

- Ramo/atividade económica – Charcutaria ou Florista
- Base de licitação - € 300,00 (trezentos euros)
- Lance - € 30,00 (trinta euros).

1.3. Espaço de venda n.º 14 do mercado municipal de Palmela

- Ramo/atividade económica – Papelaria/tabacaria ou produtos regionais
- Base de licitação - € 300,00 (trezentos euros)
- Lance - € 30,00 (trinta euros).

2. Propõe-se ainda:

2.1. Que a Comissão encarregue de promover a hasta pública, seja constituída pelos seguintes elementos: Efetivos – Maria do Carmo Guilherme, Técnica Superior; Luís Vaz Pereira, Técnico Superior e Teresa Cabica – Coordenadora Técnica e suplentes – Sandra Paulino, Técnica Superior e Casimiro Amores, Encarregado Operacional.

2.2. Que sejam conferidos poderes ao Senhor Presidente da Câmara para a marcação de data, hora e local para a realização do ato público, a ser divulgado por edital.»

Sobre a proposta de Hasta Pública – adjudicação de espaços de venda nos mercados municipais de Palmela e de Pinhal Novo numerada DCCT 01_01-15 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** saúda os presentes.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** suscita uma questão que considera estruturante em relação às atividades económicas, nomeadamente, qual o critério utilizado para adjudicação destes espaços de venda nos mercados municipais. A dúvida que também se coloca é: como se chegam a estas necessidades? E ainda: se o critério para a escolha destas atividades económicas é feito com base em inquéritos e/ou com base nos testemunhos dos operadores? Em suma: o que fundamenta a escolha das atividades económicas?

Menciona que fazendo fé que esse trabalho foi realizado e essa auscultação existiu e corresponde às necessidades do espaço, os Vereadores do PS votarão favoravelmente a proposta, apesar de as dúvidas antes expostas não serem dissipadas na documentação de apoio que foi fornecida.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** esclarece que os critérios na definição das atividades económicas prendem-se com a oferta existente ou inexistente nos mercados, nos espaços adjacentes aos mercados e às necessidades existentes.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** adiciona as seguintes explicações:

. No caso do mercado municipal de Palmela não existe nenhuma florista por perto, pelo que não existindo no centro histórico essa oferta, faz todo contemplar este ramo de atividade na presente proposta;

. Naturalmente foi tida em linha de conta a opinião da Associação dos Proprietários dos Comerciantes do Mercado Municipal de Pinhal Novo. Assim, face às dificuldades existentes, foi importante esse diálogo para aferir aquilo que é a preocupação dos comerciantes, bem como o interesse que têm na dinamização do próprio mercado.

O **Sr. Presidente** acrescenta que, por diversas vezes, até em reuniões com as associações de operadores foram diagnosticadas algumas necessidades. O objetivo é diversificar a oferta com o intuito de atrair mais visitantes. A presente proposta teve isso mesmo em consideração.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e quarenta minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco